

em destaque:

Europa Digital

O acesso às telecomunicações deve ser igual em toda a UE, evitando um desenvolvimento digital desigual em indústrias como os transportes e o turismo, afirmam os Deputados europeus numa resolução votada no plenário do Parlamento Europeu. **Inteligência artificial e robótica exigem regras claras sobre segurança e responsabilidade.**

As escolas precisam ensinar competências digitais para acabar com a "divisão digital" e garantir uma **transição suave para uma economia inteligente**. As autoridades públicas devem incluir os requisitos de segurança cibernética nos contratos públicos.

Para evitar os atrasos experimentados durante a implantação do **4G**, os Estados-Membros precisam trabalhar melhor juntos na estratégia de espectro, disseram os deputados numa resolução não legislativa separada, votada no plenário do Parlamento Europeu.

Carlos Coelho afirmou: *“O conceito de desenvolvimento de uma sociedade em gigabits assenta nas oportunidades oferecidas pela **implantação de soluções 5G**. Esta tecnologia abre uma nova fase no mundo digital, com a criação de novas redes de qualidade, nomeadamente, redes de elevada qualidade e redes de capacidade muito alta.*

(...)

O 5 G abrirá caminho a novos produtos e serviços, que serão mais fáceis de utilizar e mais adaptados às necessidades da população, aumentando o grau de satisfação do consumidor”

ver pág. 8

IVA de Livros e Jornais

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta que permite aos Estados-Membros **aplicar às publicações eletrónicas a mesma taxa do IVA** que as praticadas para as **publicações impressas**. Taxas reduzidas do IVA (5% no mínimo), taxas super-reduzidas e taxas zero aos livros eletrónicos (*e-books*), aos jornais e às publicações periódicas em formato eletrónico.

ver pág. 3

Liberdade de imprensa na República Checa

A **liberdade dos meios de comunicação social** deve ser preservada em toda a UE. O caso da República checa é mais um erro de um político do que uma questão generalizada, disseram muitos deputados no debate.

ver pág. 5

Ajuda ao Desenvolvimento

A nova **política global de desenvolvimento da UE**, que visa combater as mudanças climáticas, a migração e os problemas de segurança, foi apoiada pelos deputados.

ver pág. 7

Índice

Minuto de silêncio pelas vítimas dos ataques em Manchester, Egito, Bagdade e Cabul.....	3
IVA: Parlamento Europeu apoia taxas reduzidas para livros e jornais em formato eletrónico.....	3
Parlamento Europeu quer medidas para travar aumento do antissemitismo na Europa.....	4
Liberdade dos meios de comunicação social na República Checa: deixar os cidadãos decidir o destino de políticos que abusam dos media.....	5
Deputados estabelecem prioridades para um novo impulso ao desenvolvimento.....	7
Europa digital: oportunidades para a indústria; Condições para a sociedade gigabit.....	8
Ordem do dia da Sessão.....	11

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Minuto de silêncio pelas vítimas dos ataques em Manchester, Egito, Bagdade e Cabul

O Parlamento Europeu respeitou um minuto de silêncio em memória das vítimas dos ataques terroristas perpetrados desde 22 de maio em Manchester, no Egito, em Bagdade e em Cabul.

Na abertura da sessão plenária, o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, condenou estes atos de violência “*desumanos*” e “*barbáricos*” e manifestou a sua solidariedade para com as famílias das vítimas.

Tajani referiu também os planos do Presidente norte-americano, Donald Trump, de retirar os EUA do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. É uma decisão que não merece o apoio da maioria deste Parlamento, disse, anunciando que irá falar com o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, e com o presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, sobre uma possível iniciativa comum da UE.

IVA: Parlamento Europeu apoia taxas reduzidas para livros e jornais em formato eletrónico

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta que permite aos Estados-Membros aplicar às publicações eletrónicas a mesma taxa do IVA que as praticadas para as publicações impressas.

Os países da UE vão poder passar a aplicar taxas reduzidas do IVA (5% no mínimo), taxas super-reduzidas e taxas zero aos livros eletrónicos (*e-books*), aos jornais e às publicações periódicas em formato eletrónico. As regras votadas pelos eurodeputados alteram a atual Diretiva IVA, que determina que as publicações fornecidas por via eletrónica devem ser tributadas à taxa normal, ou seja, mínimo de 15%.

A proposta legislativa, aprovada por 590 votos a favor, oito contra e dez abstenções, permite que os Estados-Membros alinhem as taxas do IVA aplicáveis às publicações eletrónicas com o IVA atualmente em vigor para as publicações impressas. A diferença de tratamento tornou-se cada vez menos justificada à medida que a economia digital se foi desenvolvendo, notam os eurodeputados.

Segundo o texto aprovado pelo PE, “*a possibilidade de os Estados-Membros aplicarem taxas reduzidas, taxas super-reduzidas ou taxas zero às publicações impressas e às publicações eletrónicas deve traduzir-se em benefícios económicos para os consumidores, promovendo assim a leitura, e também para os editores, incentivando o investimento em novos conteúdos e, no caso dos jornais e das revistas, reduzindo a dependência da publicidade*”.

Estas regras não obrigam à alteração das taxas atualmente em vigor, apenas “*libertam*” os Estados-Membros de quaisquer restrições para fixarem as taxas do IVA aplicáveis às publicações.

A proposta, sobre a qual o PE é consultado, terá ainda de ser aprovada por unanimidade no Conselho da UE. Esta é uma das iniciativas que visam contribuir para a criação de um Mercado Único Digital.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) “*Nos termos da Diretiva IVA em vigor os serviços prestados por via electrónica, incluindo as publicações electrónicas, só podem ser tributados à taxa normal de IVA de 15% no mínimo. Todavia, no que se refere às publicações impressas, os Estados-Membros são livres de aplicar uma taxa de IVA reduzida (5% no mínimo). A diferença de tratamento entre as publicações electrónicas e impressas tornou-se cada vez menos justificada à medida que a economia digital se foi desenvolvendo. A presente proposta pretende adequar a regulamentação em matéria de IVA às realidades de uma economia cada vez mais digital, garantido deste modo que as empresas europeias não estejam em desvantagem relativamente às empresas de países terceiros por causa das regras em matéria de IVA. O objectivo é pois alterar a Directiva 2006/112/CE permitindo que os Estados-Membros apliquem a mesma taxa de IVA às publicações electrónicas e às publicações impressas. Estas alterações introduzem clareza no mercado dos meios de comunicação social e dos livros, ajudam as empresas a explorar novos modelos de negócio e contribuem para a redução dos preços para o consumidor, reforçando o acesso a conteúdos culturais.*”

Parlamento Europeu quer medidas para travar aumento do antissemitismo na Europa

O Parlamento Europeu instou os Estados-Membros, os líderes políticos, as autoridades judiciais e policiais e as escolas a reforçarem as medidas de luta contra o antissemitismo na UE.

- Identificação e repressão mais eficaz de ataques antissemitas na UE
- Estados-Membros devem nomear coordenadores nacionais para combate ao antissemitismo
- Ensino da história do Holocausto deve ser promovido nas escolas
- Líderes políticos devem condenar publicamente declarações antissemitas

“O incitamento ao ódio e todos os tipos de violência contra cidadãos judeus europeus são incompatíveis com os valores da União Europeia”, salienta a resolução aprovada por larga maioria.

O PE insta os Estados-Membros a *“tomarem todas as medidas necessárias para contribuir ativamente para garantir a segurança dos seus cidadãos judeus”* e das infraestruturas religiosas, educativas e culturais judaicas, sugerindo-lhes que nomeiem *“coordenadores nacionais”* para o combate ao antissemitismo.

Os líderes políticos devem condenar *“publicamente e de forma sistemática”* as declarações antissemitas e as plataformas das redes sociais devem combater o discurso de incitação ao ódio na Internet, acrescentam os eurodeputados. O PE insta todos os países da UE a garantir que os atos de antissemitismo sejam objeto de ação penal *“no ambiente em linha, bem como fora de linha”*.

Os eurodeputados encorajam ainda os Estados-Membros a promover o ensino da história do Holocausto (*«Shoah»*) nas escolas e a ponderarem a revisão dos manuais escolares, para garantir que a história dos judeus e a vida judaica contemporânea sejam apresentadas de forma *“exaustiva e equilibrada”*, evitando todas as formas de antissemitismo.

Identificação e repressão dos crimes de ódio

O PE propõe a criação de “*unidades dedicadas à luta contra os crimes de ódio no quadro das forças policiais*”, caso estas ainda não existam, e incentiva a cooperação transfronteiras no julgamento destes crimes, em especial no caso de atos terroristas.

Para que as autoridades judiciais e de aplicação da lei possam identificar e reprimir os ataques antisemitas de forma mais eficiente e eficaz, os Estados-Membros devem aplicar a definição de antissemitismo utilizada pela Aliança Internacional para a Memória do Holocausto, propõem os deputados.

O número dos atos antisemitas nos Estados-Membros da UE tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O antissemitismo tem de ser censurado e combatido sempre. Infelizmente, apesar da nossa História, não conseguimos ainda erradicá-lo das nossas sociedades. É por isso que o Parlamento continua a lutar de forma determinada e apela, nesta resolução, a uma atuação determinada e concertada dos Estados-Membros. As autoridades nacionais devem ter os meios financeiros adequados para uma atuação sobretudo preventiva e que aposte também na educação. Em paralelo necessitamos de forças de autoridade com meios e formação para o combate aos crimes de ódio e discriminação. O envolvimento das empresas, sobretudo no mundo online, é também crucial e o código de conduta assinado pelas empresas tecnológicas com a Comissão em 2016 para o combate ao discurso de ódio é um passo importantíssimo. Enfim, a cada um de nós, mas com especial acutilância todos os atores públicos - locais ou europeus -, exige-se a condenação qualquer forma de antissemitismo.*

Este é um trabalho permanente e o Parlamento - através desta resolução que aprovo - apoia um conjunto de medidas para que as nossas sociedades sejam cada vez mais tolerantes”.

Liberdade dos meios de comunicação social na República Checa: deixar os cidadãos decidir o destino de políticos que abusam dos media

A liberdade dos meios de comunicação social deve ser preservada em toda a UE. O caso da República checa é mais um erro de um político do que uma questão generalizada, disseram muitos deputados no debate.

O debate em plenário foi realizado em reação a uma gravação áudio tornada pública, na qual alegadamente, o ex-Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças Andrej Babiš, instrui um jornalista, funcionário do seu grupo de comunicação social, sobre o modo como atacar os seus rivais políticos.

Vários deputados condenaram as alegadas acções do deputado Babiš, mas sublinharam que estas acções parecem ser o erro de um político, em vez de um sinal do abuso generalizado dos meios de comunicação por parte governo. Alguns disseram que o Parlamento não devia estar a discutir a questão, argumentando que o governo checo lidou com a situação corretamente. Outros observaram que o problema ultrapassa a República Checa e pediram medidas da UE que garantam o pluralismo dos media na Europa.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Senhora Presidente, Senhora Comissária, Caros Colegas, a liberdade de imprensa é um pilar do Estado de Direito. É um direito fundamental. Consagramo-lo na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e fizemo-lo porque uma verdadeira democracia necessita de cidadãos informados que possam escrutinar os seus representantes. Ora, sem liberdade de imprensa, isso não é possível.*

Infelizmente, nos últimos tempos, temo-nos deparado com frequentes e impensáveis atropelos a este direito fundamental. As chamadas fake news ganharam uma dimensão preocupante e contaminam, hoje, grande parte do espaço público, com consequências de longuíssimo alcance e motivações muitas vezes de natureza geoestratégica. As fake news são, hoje, um vírus que contamina a liberdade de imprensa.

A liberdade de imprensa é também, muitas vezes, coartada pela ação deliberada dos governos. Vejam-se as medidas que têm vindo a ser aprovadas pelos governos de Erdogan na Turquia, de Maduro na Venezuela ou de Putin na Rússia, e de todos os países que perseguem jornalistas e encerram jornais, rádios, televisões e espaços de debate público online. Muitos jornalistas pagam o preço da liberdade e alguns até com a própria vida.

A concentração de meios de comunicação social numa única pessoa, sobretudo de um agente político com ambições de governo, é também motivo de preocupação, precisamente o que se está a passar na República Checa. Parece-me evidente que instrumentalizar meios de comunicação para ganhos políticos coloca em risco a liberdade de imprensa.

Sra. Presidente, caros colegas, sejamos claros. O essencial aqui hoje é reafirmar que a liberdade de imprensa está inscrita no nosso ADN político, que é pedra angular das nossas democracias e direito fundamental dos cidadãos europeus. E, sobretudo, quando está a ser ameaçada, é nosso dever defendê-la e não há Babiš na República Checa, Erdogan, Maduro, Putin ou fake news que nos devam desviar deste desígnio”.

Ana Gomes (S&D) *“Senhora Presidente, a liberdade da imprensa e da informação aliada à liberdade de expressão são valores inalienáveis das democracias e, por isso, pedra angular dos tratados europeus. Permitem aos cidadãos exercer o direito a ser informados, a escrutinar e a julgar as ações daqueles que exercem o poder e a influência. O próprio Tribunal Europeu dos Direitos Humanos determinou a obrigação positiva dos Estados em garantir o pluralismo dos meios de comunicação social.*

A concentração de controlo dos média na República Checa é, por isso, matéria que diz respeito às instituições europeias e não apenas, como defende o oligarca Andrej Babis, assunto interno da República Checa. É preocupante que Babis, enquanto detentor de meios de comunicação social, líder de um partido político e dono de um dos principais aglomerados empresariais do país, tente influenciar o conteúdo jornalístico das publicações que controla. Mesmo que não interviesse, o seu poder poderia induzir autocensura por parte dos jornalistas.

A concentração dos média e a compra por opacos poderes económicos são um fenómeno que se tem verificado em vários Estados-Membros, incluindo no meu, Portugal. Em 2013, este Parlamento adotou uma resolução sobre o enquadramento geral da liberdade dos meios de comunicação social na União Europeia, pedindo padrões robustos de controlo e transparência dos detentores de meios de comunicação social. Pedimos à Comissão medidas de apoio à independência dos meios de comunicação social e das agências reguladoras, incluindo enquadramento legislativo mínimo para todos os Estados-Membros, mas pouco ou nada tem sido feito e, por isso, este debate tem toda a pertinência.

Os média não podem ser um negócio como outros. A sua integridade e utilidade pública estão diretamente relacionadas com a diversidade e a pluralidade informativas, que carecem de proteção especial, sobretudo em tempos em que estratégias de guerra híbrida e de interferência eleitoral assentam na difusão de notícias falsas ou tendenciosas. Cabe-nos garantir essa proteção especial pela União Europeia e pelas nossas democracias”.

Deputados estabelecem prioridades para um novo impulso ao desenvolvimento

A nova política global de desenvolvimento da UE, que visa combater as mudanças climáticas, a migração e os problemas de segurança, foi apoiada pelos deputados.

Os deputados votaram um acordo informal com os ministros, que revê o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento de 2005, declaração de política conjunta que estabelece os valores e os objetivos da UE.

Resultados do acordo, entre outros:

- A erradicação da pobreza continuará a ser uma prioridade número um e a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 será rapidamente traduzida para a política da UE,
- A UE e os Estados membros reiteram seu compromisso de gastar 0,7% do PIB em desenvolvimento,
- Uma maior cooperação com o setor privado permanece em conformidade com os padrões sociais, ambientais e de direitos humanos,
- Haverá uma supervisão mais democrática das ferramentas financeiras que abordem as causas profundas da migração e
- Está previsto um rigoroso acompanhamento da implementação, incluindo uma avaliação intercalar até 2024.

O acordo foi apoiado por 405 votos a 70, com 159 abstenções

O co-relator Bogdan Wenta (PPE) disse: *"Durante as negociações, o Parlamento prosseguiu com êxito uma forte ênfase na eficácia do desenvolvimento, na coerência das políticas e na boa governação e também reforçou o princípio da gestão democrática no texto. Eu acredito que o Novo Consenso será uma ferramenta eficaz na luta contra a pobreza e aumentará nossa cooperação com os países parceiros "*.

O co-relator Norbert Neuser (S&D) disse: *"É uma conquista que, mesmo em tempos tão turbulentos, a erradicação da pobreza e o combate às suas causas profundas permanecem no cerne dos esforços de desenvolvimento da UE. Conceder uma melhor supervisão ao Parlamento sobre os instrumentos financeiros traz mais controle democrático e garante que a ajuda sempre vá aos mais pobres "*.

Contexto

A reforma da política de desenvolvimento da UE está ligada a novos desafios globais e à adoção da Agenda de 2030 na Cimeira das Nações Unidas em 2015. Embora o número de pessoas que vivem em pobreza absoluta tenha caído em 600 milhões desde 1990, registaram-se progressos menores noutras áreas, como reduzir o número de mortes de mães e bebês durante o parto e fornecer acesso a água potável. Mais da metade da ajuda global ao desenvolvimento vem da UE e dos seus membros, tornando-os colectivamente o maior doador de ajuda do mundo.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"Apoio a Resolução relativa ao Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento por considerar que o Acordo alcançado reflecte as prioridades da União Europeia em matéria de Desenvolvimento seja na erradicação da pobreza bem como no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e de afectar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto dos Estados-Membros à Ajuda Pública ao Desenvolvimento.*

Trata-se de um documento estratégico essencial que define tanto para a UE como os seus Estados-Membros os valores e princípios referentes à execução da Agenda 2030 nas suas políticas de cooperação para o desenvolvimento.”

José Inácio Faria (PPE) *“Senhor Presidente, votei a favor desta resolução no reconhecimento de que a União Europeia deverá assumir uma posição de liderança na execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Adotada pela ONU, em setembro de 2015, constitui um quadro ambicioso para alcançar o desenvolvimento sustentável e erradicar a pobreza. Nesta decisão, pesou o facto de hoje vivermos um tempo de crescentes incertezas e ambiguidades, que abre uma incógnita sobre o futuro de alguns consensos já alcançados em torno de objetivos energéticos e climáticos, que visa uma economia verde, sustentável, dando prioridade à luta contra as alterações climáticas. O mundo mudou desde o último consenso europeu sobre desenvolvimento, adotado em 2005. Confrontamo-nos, hoje, com alterações demográficas a nível mundial, associadas a alterações económicas, sociais e ambientais, e os níveis de pobreza e desigualdade, tal como a sua repartição geográfica, mudaram.*

Este novo consenso pretende encontrar soluções duradouras para desafios mundiais complexos e a União Europeia e os Estados-Membros devem empenhar-se firmemente na execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promovendo os valores universais da democracia, da boa governação, do Estado de Direito e dos direitos humanos para todos”.

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, o dito novo consenso da União Europeia sobre o desenvolvimento é bem revelador dos limites, das contradições e das perversidades das políticas levadas a cabo neste domínio nos últimos anos.*

Estamos perante uma visão geral que, em lugar de respeitar especificidades e legítimas opções soberanas dos países em desenvolvimento, pretende impor modelos de organização da sociedade e da economia. É, assim, com a defesa do papel do sector privado, o preconceito contra a propriedade e a gestão públicas ou com a imposição das parcerias público-privado, apenas para dar alguns exemplos. Modelos que tendem a perpetuar a dependência, a subordinação e o atraso.

É a tentativa de impor a subordinação aos interesses geopolíticos das potências da União Europeia, às suas políticas ditas de segurança e migratórias, de indisfarçável recorte xenófobo e neocolonial. São as linhas de crédito em detrimento da genuína ajuda ao desenvolvimento. É o empurrar para mais dívida, em vez do reconhecimento do carácter injusto e ilegítimo da dívida, que exige o seu cancelamento.

Um novo consenso que aponta, todavia, para um velho, muito velho caminho”.

Europa digital: oportunidades para a indústria; Condições para a sociedade Gigabit

A digitalização da indústria europeia exige salvaguardas contra uma sociedade dividida e mais segurança jurídica, enquanto uma estratégia do espectro da UE deve impulsionar a tecnologia 5G.

O acesso às telecomunicações deve ser igual em toda a UE, evitando um desenvolvimento digital desigual em indústrias como os transportes e o turismo, afirmam os deputados europeus numa resolução votada no plenário do parlamento Europeu. Inteligência artificial e robótica exigem regras claras sobre segurança e responsabilidade.

As escolas precisam ensinar competências digitais para acabar com a "divisão digital" e garantir uma transição suave para uma economia inteligente. As autoridades públicas devem incluir os requisitos de segurança cibernética nos contratos públicos.

Aproveitando as oportunidades de 5G

Para evitar os atrasos experimentados durante a implantação do 4G, os Estados membros precisam trabalhar melhor juntos na estratégia de espectro, disseram os deputados numa resolução não legislativa separada, votada no plenário do Parlamento Europeu.

Michal Boni (PPE) *“5G é mais do que uma revolução móvel, é um mecanismo de inovação, trazendo mudanças em indústrias, desenvolvendo modelos de negócios, criando redes de qualidade e serviços de alta qualidade, conectando novas indústrias e melhorando a experiência do cliente. Precisamos de um quadro jurídico simples, de modelos flexíveis de co-investimentos e de certeza e previsibilidade a longo prazo”.*

Reinhard Bütikofer (Verdes/ALE) *“A UE poderia tornar-se um líder global na indústria de digitalização. Mas temos que avançar de forma decisiva e juntos para lidar com esse desafio transformador. A liderança industrial não é garantida. Devemos não só dominar a tecnologia e os novos modelos comerciais, mas também estar preparados para assumir responsabilidades sociais. Como toda boa política econômica, a digitalização deve ser de, para e pelas pessoas”.*

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O conceito de desenvolvimento de uma sociedade em gigabits assenta nas oportunidades oferecidas pela implantação de soluções 5G. Esta tecnologia abre uma nova fase no mundo digital, com a criação de novas redes de qualidade, nomeadamente, redes de elevada qualidade e redes de capacidade muito alta. Para o desenvolvimento de infraestruturas 5G torna-se necessário um ambiente regulamentar favorável ao investimento que deverá criar segurança jurídica, transparência, igualdade e simplificação das regras, aspectos fundamentais para as comunicações electrónicas actuais e futuras.*

Os benefícios que podem advir da implementação desta tecnologia incluem o desenvolvimento da internet das coisas, automóveis autónomos, crescimento no domínio da saúde em linha e da telemedicina, possibilidades totalmente novas no ensino e aprendizagem graças à utilização de instrumentos de realidade virtual, etc. O 5 G abrirá caminho a novos produtos e serviços, que serão mais fáceis de utilizar e mais adaptados às necessidades da população, aumentando o grau de satisfação do consumidor. Para esta nova realidade é fundamental uma colaboração entre as instituições da UE, os Governos e os órgãos do poder regional e local que permitira investir em infraestruturas inclusivas com plena acessibilidade às redes 5G para todos, incluindo os habitantes de zonas remotas e rurais”.

Carlos Zorrinho (S&D) *“Senhor Presidente, debatemos hoje dois temas estruturantes da revolução digital a que estamos a assistir na União Europeia e no mundo. Para um mundo em transformação acelerada e cheio de incertezas, a Revolução Digital é uma oportunidade para refundar o projeto europeu.*

Saúdo o relatório sobre a digitalização da indústria europeia e o seu relator pela proposta de estratégia global, abordando as dimensões de infraestruturas, investimento, inovação e competências.

Saúdo também o relatório sobre o 5G e o seu relator pela nova visão tecnológica que partilha, associando os instrumentos necessários para a concretizar.

Esta semana, o Parlamento e o Conselho fecharam um acordo provisório sobre a iniciativa WIFI4EU. Como seu relator, deixei claro que no desenvolvimento da Sociedade Europeia a Gigabits, temos que garantir altos padrões tecnológicos, promover a inclusão, impulsionar a economia e a capacidade de gerar valor e emprego. Temos a oportunidade de voltar a posicionar a União Europeia no mundo como um projeto tecnologicamente líder e inclusivo e não a podemos desperdiçar”.

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, a mudança tecnológica constitui um importante motor de desenvolvimento. Todavia, os seus resultados concretos dependem do modo de produção que caracteriza a sociedade em que esta mudança se opera. Ela tanto pode ser aproveitada para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e dos povos como pode ser utilizada para aumentar a exploração dos trabalhadores, as desigualdades,*

as injustiças sociais. Sob as condições da globalização capitalista, é a segunda hipótese que prevalece. A digitalização da indústria, inserida no âmbito do que alguns designam «a quarta revolução industrial», alia à inovação e à automatização crescente dos processos produtivos plataformas tecnológicas globais assentes em redes de infraestruturas de comunicação digital. Os trabalhadores não podem ficar à margem destes processos. Devem beneficiar das transformações no plano dos salários e direitos. Estas transformações não devem ser usadas como pretexto para impor o retrocesso social. Importa não ignorar que, no quadro da manutenção das políticas neoliberais vigentes, estes processos tendem a cavar mais fundo as desigualdades sociais e nacionais”.

Ordem do dia 31 de Maio e 1 de Junho de 2017

► Quarta-Feira, 31 de Maio

15:00 - 24:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Decisão adotada sobre o Pacote da Mobilidade - *Declaração da Comissão*

O novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento – O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro - *Declarações do Conselho e da Comissão*

A resiliência como prioridade estratégica da ação externa da UE - *Perguntas orais (O-000032/2017 - B8-0312/2017) (O-000033/2017 - B8-0313/2017) (O-000034/2017 - B8-0314/2017)*

Luta contra o antissemitismo - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Introdução de medidas comerciais autónomas temporárias para a Ucrânia - *Relatório: Jarosław Wałęsa (A8-0193/2017)*

SPG+ para o Sri Lanca - *Declaração da Comissão*

Discussão conjunta - Quadro Plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da UE para o período de 2018-2022

Quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da UE para o período de 2018-2022 - *Recomendação: Angelika Mlinar (A8-0177/2017)*

Quadro Plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da UE para o período 2018-2022 - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Conferência de Alto Nível da ONU para Apoio à Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 14 (Conferência da ONU sobre os Oceanos) - *Pergunta oral (O-000031/2017 - B8-0311/2017)*

Discussão conjunta - Europa digital

Digitalização da indústria europeia - *Relatório: Reinhard Bütikofer (A8-0183/2017)*

Conetividade à Internet para o crescimento, a competitividade e a coesão: a sociedade europeia a gigabits e 5G - *Relatório: Michał Boni (A8-0184/2017)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Quinta-Feira, 01 de Junho

08:30 - 11:20

Risco de abuso político dos meios de comunicação social na República Checa - *Declaração da Comissão*

Modelo-tipo de visto - *Relatório: Sylvia-Yvonne Kaufmann (A8-0028/2016)*

Proteção dos adultos vulneráveis - *Relatório: Joëlle Bergeron (A8-0152/2017)*

11:30 - 13:30 VOTAÇÃO

Pedido de levantamento da imunidade de Béla Kovács - *Relatório: Heidi Hautala (A8-0203/2017)*

Taxas do imposto sobre o valor acrescentado aplicadas aos livros, aos jornais e às publicações periódicas - *Relatório: Tom Vandenkendelaere (A8-0189/2017)*

Conetividade à Internet para o crescimento, a competitividade e a coesão: a sociedade europeia a gigabits e 5G - *Relatório: Michał Boni (A8-0184/2017)*

Proteção dos adultos vulneráveis - *Relatório: Joëlle Bergeron (A8-0152/2017)*

Introdução de medidas comerciais autónomas temporárias para a Ucrânia - *Relatório: Jarosław Wałęsa (A8-0193/2017)*

Modelo-tipo de visto - *Relatório: Sylvia-Yvonne Kaufmann (A8-0028/2016)*

Quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da UE para o período de 2018-2022 - *Recomendação: Angelika Mlinar (A8-0177/2017)*

Quadro Plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da UE para o período 2018-2022 - *Propostas de resolução*

Digitalização da indústria europeia - *Relatório: Reinhard Bütikofer (A8-0183/2017)*

O novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento – O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro - *Propostas de resolução*

A resiliência como prioridade estratégica da ação externa da UE - *Propostas de resolução* 4
Luta contra o antissemitismo - *Propostas de resolução*
Conferência de Alto Nível da ONU para Apoio à Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 14 (Conferência da ONU sobre os Oceanos) - *Propostas de resolução*